

SISTEMA FAEP



BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXIV nº 1297 - 13/04/2015 a 19/04/2015

Tiragem desta edição 25.000 exemplares



**SANIDADE
A HORA
É AGORA!**

PASTAGENS

.....
Dicas de
quem conhece

HISTÓRIA

.....
O Forte
Príncipe da Beira

PROAGRO

.....
Medidas pleiteadas
pela FAEP

Aos Leitores

O cronograma está pronto e basta colocá-lo em prática para o Paraná alcançar o que já deveria ter acontecido: um Estado livre de vacinação contra a febre aftosa. O custo de ostentar esse diploma na parede (ou na porteira) é enorme. O retorno para a economia do Estado da Sanidade Animal e Vegetal reconhecida, na forma de tributos exportações, pode ser dimensionado pelo preços pagos por países exigentes, se comparados a outros. As propriedades se valorizarão, a segurança alimentar proporcionada certamente contribuirá para o aumento do consumo e ampliar mercados.

O que é preciso para mudar esse cenário é iniciativa, agilidade, determinação, porque os recursos humanos estão aí, concursados, prontos para serem nomeados. Os postos de vigilância nas divisas do Estado interessam à atividade privada ligada à agropecuária que se dispõe a colaborar. Como diz o título da matéria sobre esse tema na pg. 04 “Hora de pegar o touro à unha”.

A FAEP está acompanhando os debates sobre o projeto de lei sobre a terceirização que foi aprovada na Câmara, mas dependerá do Senado e de sanção da presidente da República. Seus efeitos no agronegócio serão abordados por este Boletim.

Índice

Acordo Coletivo	03
Sanidade	04
Pastagens	08
Leite Integral	13
Repúdio ao MST	14
História - Forte Príncipe da Beira	16
Proagro	18
Sementes	21
SENAR-PR / Carta	22
CAR / Fundepec	24
Leitor em Foco	26
Notas	27
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná
Presidente: Agide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oraldi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Agide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR
Conselho Administrativo | Presidente: Agide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:**

Sebastião Olimpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Editor:** Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuei | **Ilustração:** Icaro Freitas

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pedese citar a fonte.

Fotos da edição 1297: Fernando Santos, Arquivo FAEP e Divulgação.

A Súmula 277 e a negociação coletiva

Por Eleutério Czornei, advogado do Departamento Jurídico da FAEP



Como já foi dito nas edições anteriores deste BI, o resultado da negociação entre o Sindicato Rural e Sindicato dos Trabalhadores Rurais é a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), que pode ter vigência de até dois anos conforme previsão do § 3º do artigo 614 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT:

“§ 3º. Não será permitido estipular duração de Convenção ou Acordo superior a 2 (dois) anos”.

Entretanto, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) alterou a Súmula 277, atribuindo a chamada ultratividade às negociações coletivas, o que significa dizer que as cláusulas negociadas, tanto

de natureza salarial como de natureza social, incorporam-se definitivamente ao contrato de trabalho dos empregados, produzindo efeitos além do prazo de vigência da negociação:

“Súmula 277 - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO OU ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. EFICÁCIA. ULTRATIVIDADE. As cláusulas normativas dos acordos coletivos ou convenções coletivas integram os contratos individuais de trabalho e somente poderão ser modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva de trabalho”.

Desde setembro de 2012, esta é a interpretação do TST sobre os efeitos dos instrumentos coletivos, ou seja, incorporam-se em definitivo aos contratos individuais de trabalho de todos os empregados abrangidos pelas condições e cláusulas negociadas na CCT ou ACT e continuam produzindo efeitos mesmo ultrapassando o prazo de vigência estabelecido. Daí resulta a importância do sindicato ter um grupo bom e preparado de negociadores, que são as pessoas escolhidas em assembleia da categoria e que terão a missão de negociar as convenções com o sindicato laboral.

Este grupo deverá estar pautado e municiado de informações das necessidades e reivindicações da categoria, as quais devem ter sido objeto de discussão em assembleia. Seus componentes deverão buscar os detalhes de cada cláusula que compõe a convenção, analisando e prevendo os riscos futuros para a categoria da inserção de determinada cláusula na convenção.

Importante destacar que depois de celebrada uma negociação, as condições pactuadas somente podem ser suprimidas, modificadas ou substituídas mediante novo instrumento coletivo que envolva as mesmas partes e desde que constem expressamente as novas cláusulas em substituição àquelas que se pretende reformular.

Sanidade: hora de pegar o touro à unha

O plano de voo para a liberação do Paraná como zona livre da febre aftosa.



De forma sistemática, a FAEP, em todas as instâncias, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (Seab), Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná (Fundeppec-PR), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Assembleias da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE), com sede em Paris, vem historicamente lutando para transformar o Paraná num Estado diferenciado em matéria de sanidade animal e vegetal. Fato não é de hoje essa atuação, o que pode ser exemplificada por um episódio ocorrido em uma das Assembleias da OIE. Nela a então ministra da Agricultura do Canadá se aproximou de uma roda de brasileiros onde se incluía representantes da FAEP.

Um dos brasileiros disparou à ministra:

- “Vocês não têm medo de perder competitividade no

mercado para os produtos brasileiros?”

E ela respondeu:

- “Vocês vendem produtos, nós vendemos segurança alimentar”. A antiga lição da canadense ainda não foi aprendida pelas autoridades do governo, porque o Brasil ainda não concluiu os procedimentos da estruturação física e humana exigidos para dar garantias aos padrões internacionais da sanidade animal.

É algo que a FAEP vem perseguindo, motivando e conscientizando os produtores, incentivando a atuação dos Conselhos de Sanidade Agropecuária (CSAs) nos municípios, pressionando governantes. “A filosofia é enxergar a sanidade animal e vegetal como um ativo, entender que é um valor que se soma ao ambientalmente correto e à segurança alimentar, fatores valorizados

num mercado competitivo como o da proteína animal”, diz Antônio Poloni, assessor da presidência da FAEP e incansável batalhador pela sanidade na agropecuária paranaense.

Nesse rumo, em 2010, a FAEP apresentou a proposta da criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) aos então candidatos ao governo do Estado (Beto Richa e Osmar Dias). Ela foi criada por Beto, da mesma forma que a Agência de Desenvolvimento, também sugerida pela FAEP.

Não é necessário o preciosismo nos cálculos para se verificar que as cadeias da avicultura, suinocultura e bovina oferecem aos cofres públicos saldos positivos resultantes do mercado interno e externo. Da mesma forma a rentabilidade obtida pelos produtores dos pastos e granjas pode se multiplicar e a qualidade garantida incentiva o consumidor nos mergulhos nas áreas refrigeradas dos supermercados.

“Touro a unha”

Para subir degraus entre os estados líderes na produção de alimentos de origem animal, as questões de sanidade devem ser tratadas como estratégicas no Paraná. Ou seja, é preciso pegar o touro a unha.

Assim, nesse sentido, a FAEP, a Adapar e a Seab, finalmente estabeleceram uma agenda para o triênio 2015/2016/2017 que, se cumprida, colocará o Estado como um exemplo a ser seguido.

Para isso, de imediato, é necessário cumprir medidas na estrutura física e de recursos humanos na área de sanidade animal e vegetal.

No final do mês passado, durante reunião do Conselho Estadual de Sanidade (Conesa), em Curitiba, com autoridades estaduais, municipais e o setor privado do Estado e Guilherme Marques, diretor do Departamento de Saúde Animal, do MAPA, foi estabelecido um cronograma que, em resumo, estabelece as seguintes medidas:

2015

- Em maio, vacinação de bovinos e bubalinos com idade até 24 meses;
- De abril a junho, contratação e treinamento de 169 técnicos pela Adapar;
- Reestruturação de um sistema de barreiras sanitárias, sobretudo nos 23 postos de fronteira existentes

com São Paulo e Mato Grosso do Sul; construção de instalações, barreiras e equipamentos nessas unidades de vigilância e atuação de equipes volantes;

- Em julho, solicitação de auditoria e autorização pelo governo do Estado, para a suspensão de vacinação junto ao MAPA.
- Em agosto e setembro, auditoria do MAPA;
- Em novembro, suspensão da vacinação contra a aftosa.

2016

- **Primeiro semestre** – inquérito sorológico no gado paranaense para a verificação da não circulação viral. Constatada a não circulação viral, em setembro haverá o encaminhamento pelo MAPA para a OIE da solicitação de reconhecimento do Paraná como zona livre sem vacinação. No final de 2016, análise da solicitação pelo Comitê Científico da OIE;
- Em maio de 2017, cumpridos esses procedimentos, durante a Assembleia Geral da OIE poderá ocorrer a LIBERAÇÃO DO PARANÁ como zona livre da febre aftosa;
- Em nota distribuída pela assessoria do MAPA, logo após a reunião do Conesa, Guilherme Marques disse que o Paraná “tem plenas condições de atingir um novo e mais vantajoso status sanitário, através da adoção das medidas corretivas apontadas pelo ministério, em conformidade com o padrão sanitário internacional”.



Peste suína clássica

Há mais de 20 anos não há registro de peste suína clássica no rebanho paranaense de 5,6 milhões de cabeças. A liberação do Paraná seguirá o sistema de vigilância adotado em relação à febre aftosa e o cronograma será reduzido em um ano. A previsão é de que o MAPA faça uma avaliação entre julho e agosto e, em setembro, o Ministério apresente seu relatório ao Comitê Científico da OIE. Em maio de 2016, na Assembleia Geral da Organização, poderá ocorrer a liberação oficial do Estado na questão da peste suína clássica.

23% do PIB do país

Hoje exportamos para mais de 150 países, entre eles Rússia e Japão e o agronegócio responde por 40% de tudo que é exportado pelo país. No Paraná, de todos os produtos vendidos lá fora, 70% são do setor agrícola. “A produção rural e a agroindústria determinam o rumo da economia do nosso Estado”, apontou Poloni. Além dos números na balança comercial externa, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio em 2014 atingiu 23% do PIB total da economia brasileira, com cerca de R\$ 1,1 trilhão.

Desse total, as atividades agrícolas representam 70% e a pecuária, cerca de 30% do valor produzido no ano. O país é o maior exportador de carne bovina no mundo, com 2,03 milhões de toneladas embarcadas ao longo do ano passado, segundo dados do Departamento da Agricultura dos Estados Unidos

(USDA). Somente nos dois primeiros meses deste ano, o setor exportou um total de US\$ 859 milhões com 194 mil toneladas, de acordo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec).

No Paraná (9º produtor de bovinos), o Valor Bruto da Produção (VPB) da pecuária em 2013 foi de R\$ 5,20 bilhões, 15% acima dos R\$4,54 bilhões registrados em 2012. Os dados são do Departamento de Economia Rural (Deral), da Seab.

Os importadores

Em 2014, os principais países compradores de carne brasileira foram Hong Kong, com participação de 21,8% do total vendido, seguido de Rússia (18,66%), Venezuela (11,95%), Egito (7,52%) e Chile (6,1%).

Na suinocultura, por exemplo, as exportações brasileiras somaram US\$ 1,5 bilhão no ano passado, alta de 16,9% em comparação com a receita de 2013. Em volume, os embarques atingiram 494 mil toneladas entre janeiro e dezembro, segundo a Associação Brasileira dos Criadores de Suíno (ABCS). No Paraná, o Valor Bruto da Produção (VBP) da atividade foi de R\$ 3,53 bilhões em 2013, com crescimento de 27% na comparação ao ano anterior, quando registrou R\$2,78 bilhões. O volume exportado pelo Estado foi de 43.138 toneladas, representando 8,4% dos embarques internacionais.

No Estado, segundo o MAPA, há 22 frigoríficos com inspeção federal (SIF) no abate de bovinos e 13 para o abate de suínos.



Rebanho

O plantel total de bovinos soma 211,9 milhões de cabeças no Brasil e o Paraná concentra 9,39 milhões de animais, segundo dados do IBGE. A suinocultura envolve mais de 40 mil produtores em todo o país, com 1,65 milhões de matrizes tecnificadas, de acordo com dados da ABCS. A atividade gera um milhão de empregos diretos e indiretos.

Com e sem vacinação

Hoje perdemos de exportar para países como Japão e Coreia do Sul, porque esses países só importam carne bovina de áreas livres de aftosa. Remunerando em até mais de 40% a tonelada do produto na comparação com outros países importadores menos exigentes. O Japão, por exemplo, importou no ano passado 710 mil toneladas de carne bovina e movimentou US\$ 3 bilhões, segundo relatório do USDA. De acordo com o documento, o país pagou US\$ 6.432,00 por tonelada de carne e vitelo. Se formos comparar a Hong Kong, nosso maior importador de carne bovina, o valor da tonelada sai por US\$ 3.956, conforme dados da Abiec. “A diferença é muito grande e estamos perdendo por causa desses problemas de questões sanitárias”, avaliou Poloni.



Fundepec, o seguro garantidor



Criado em 14 de novembro de 1995, por decisão conjunta de instituições representativas de produtores rurais e da indústria, o Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná (Fundepec-PR) teve uma singularidade na formação de seus recursos. Na época, o Paraná possuía um rebanho de bovinos de pouco mais de oito milhões de cabeças e cada proprietário contribuiu inicialmente para esse “capital inicial” com R\$ 0,25. Cota que aumentou em seguida para R\$ 1,00.

Hoje, segundo seu último balanço (publicado nesta edição – pg. 25) os recursos em aplicações somam quase R\$ 56 milhões. Entre suas ações está a de promover e divulgar campanhas voltadas à profilaxia, erradicação de enfermidades, e ao desenvolvimento técnico da agropecuária e seus produtores.

O Fundepec é uma espécie de “seguro garantidor”, porque seus recursos servem exclusivamente para a indenização a produtores rurais paranaenses, referentes a animais sacrificados, por eventual abate resultante de questões sanitárias.

Pastagem bem cuidada, dinheiro no bolso

Pesquisador do Iapar dá orientações aos pecuaristas de corte e leite sobre o plantio de pastagens de inverno de acordo com o clima

Por Katia Santos
.....



O pecuarista paranaense, de uma maneira geral, não trata a pastagem como cultura. A afirmação foi feita pelo engenheiro-agrônomo e pesquisador do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), Elir de Oliveira, durante a reunião da Comissão Técnica de Bovinocultura de Corte da FAEP, realizada no último dia 30 de março. “Fazendo análise de solo observamos que falta muito pouco para melhorar a produtividade nas áreas de pastagens, pois os solos do Paraná têm boa fertilidade. É um solo rico em potássio, e em grande parte rico também em cálcio e magnésio. Conforme a região apresenta baixa acidez e poucos problemas com alumínio tóxico. De uma maneira geral em todo o Estado o que a falta é o fósforo”, analisa.

O pesquisador fez essas afirmações durante uma análise de plantio de pastagens de inverno para os representantes dos sindicatos

rurais presentes ao encontro. “No plantio de grãos (soja, milho, trigo)”, continua Elir, “o produtor que também é pecuarista, investe muito em alta tecnologia. Mas nas áreas de pastagens têm problemas de produtividade, presença de plantas daninhas, manejo e adubação das pastagens e erosão”, completa.

Para o pesquisador há uma cultura no Brasil que a pastagem não é uma cultura como soja e milho, e isso dificulta muito a produtividade animal que hoje está em um patamar muito medíocre, segundo ele. “Atualmente no Paraná o produtor tem resultados de 150 quilos de peso vivo por hectare/ano conforme a região e uma lotação de 1 a 1,5 Unidade Animal (UA), que corresponde a um animal com 450 quilos por hectare. Esses números representam baixa produtividade animal com baixos índices zootécnicos”.

A importância do manejo



Elir de Oliveira, pesquisador do IAPAR

O agrônomo não ficou só no campo da crítica, mas repassou uma série de orientações e sugestões aos produtores e pecuaristas que querem melhorar a produtividade do rebanho na propriedade e aumentar a renda. “Se o produtor fizer análise de solo; seguir as orientações fazendo as correções necessárias; melhorar a relação cálcio/magnésio; trabalhar com gesso para aprofundar o sistema radicular das forrageiras; adequar o teor de fósforo - que está muito crítico - manejar bem as pastagens e adubar com nitrogênio ao longo do ano vai colher bons frutos na sua propriedade”, explica.

Mas o que é um bom manejo de pastagens?

O pesquisador responde - evitar o superpastejo, dividir as pastagens em piquetes; respeitar o momento correto da entrada e

saída dos animais e a fisiologia de cada forrageira. Ele destaca que cada espécie de forragem tem um tamanho ideal para se retirar o gado, dando a planta, condições de rebrota.

“Normalmente esse prazo varia de acordo com a cultivar e pode ser de 15 a 40 centímetros de altura. Outro ponto que o pecuarista precisa respeitar é a hora certa de soltar os animais, em um novo piquete. Um exemplo: em uma área onde o produtor cultivou o Capim-Mombaça, o gado deve ser solto quando a planta tiver com 90 cm de altura e retirar o gado aos 40 cm. Se a planta atingir 1 metro ou 1,20 metro a forrageira fica muito fibrosa, cai a digestibilidade, diminui o consumo pelos animais. Ai só resta ao produtor manejar a área com uma roçadeira”, completa.

Elir afirma que com adubação, correção de solo e manejo o Paraná pode ter uma pecuária competitiva, produzir carne de qualidade, melhorar os índices zootécnicos, podendo chegar a 60 arrobas de carne por hectare que dará mais lucro comparado com apenas o plantio de soja.

Banco de nutrientes

Outra explicação feita pelo especialista foi sobre a ciclagem de nutrientes que as culturas de inverno propiciam ao solo e que podem ser aproveitadas pela cultura de verão: leia-se soja. As fezes e urinas dos bovinos reciclam 90% dos nutrientes como nitrogênio, potássio, enxofre, cálcio e magnésio, além de melhorar o solo. Investir na adubação de inverno e fazer a integração lavoura/pecuária pode ser uma equação que se traduz, para o produtor, como aumento de fertilidade para o plantio da soja e redução de custo com cultura de verão. Há pesquisas que apontam que nas áreas pastejadas no inverno a produção de grãos aumenta de 10 a 20%.

“As forrageiras de inverno possuem sistema radicular abundante e profundo e se for bem adubada, vai se aprofundar ainda mais no solo, ajudando a descompactação. O produtor que quiser realmente incrementar sua produtividade deve aproveitar todas as oportunidades tecnológicas. Adotar o sombreamento racional das pastagens permite um ganho de 0,260 a 0,290/kg/dia por animal”.

Orientações sobre o plantio de pastagens de inverno por região de acordo com o clima e intensidade de chuvas

Segundo Oliveira, esse ano o Sistema Meteorológico do Paraná (Simepar) prevê que o inverno seja tão frio quanto foi o de 2013. Com base nestas estimativas, o pesquisador sugere aos produtores de bovinos de corte e de leite se precavemham e incrementem a produção de alimentos para os animais com forrageiras de inverno.

Levando em conta as condições climáticas das regiões produtoras de bovinocultura no Paraná, com exceção do extremo Noroeste, que historicamente apresenta um déficit de chuvas no inverno, ele sugere o plantio da aveia preta IAPAR 61 como opção de pastagens de inverno.

Essa aveia é de ciclo longo, e após o plantio leva em torno de 140 dias para iniciar o florescimento da planta o que se traduz em vantagem para o produtor, pois permite um maior número de pastejos dos animais na área plantada (de oito a nove). Outra vantagem dessa variedade é a grande produção de matéria seca, que, aliada à baixa decomposição da palhada, reduz a população de plantas daninhas e melhora as propriedades químicas, físicas e biológicas do solo, além de estagnar a população de nematoides da espécie *Pratilenchus brachiurus*.

Elir aborda outro aspecto da produção de pastagens de inverno para os pecuaristas – o de se produzir como o menor custo

possível. Sendo assim ele sugere o plantio da aveia granífera, com as cultivares URS Corona, URS Guria que servem para suplementação tanto no inverno como no verão.

“São cultivares que foram melhoradas para o consumo humano, têm alta produtividade de grãos e será muito rica em proteína com percentuais que variam de 16 a 18%. Elas também têm altos teores dos aminoácidos metionina, lisina e treonina – que são fundamentais para a produção de leite e que dão valor nutritivo excepcional. Aqui no Paraná podemos produzir de seis a sete ton/ha”, completa.

Ele explica que essas aveias não servem para pastejo, os grãos são colhidos com a mesma colheitadeira que se colhe soja e trigo. Com ciclo de 130 dias, essas aveias podem ser plantadas nos meses de abril a maio. O produtor investe cerca de 70 quilos de semente por hectare. “Outra vantagem desse tipo de aveia é que elas diminuem a população de nematóides no solo. O produtor pode usar de cinco a seis quilos por animal adulto/dia como um suplemento alimentar, diminuindo assim a pressão sobre as pastagens perenes, que podem não estar produzindo bem, mantendo assim a produtividade do animal e facilitando o manejo”, informa.

O pesquisador do Iapar afirmou que a aveia branca é mais rústica que a aveia forrageira. Na região do arenito, ocorrendo chuvas moderadas no inverno com o solo corrigido, ela chega a produzir de 5 a 6 toneladas de grãos/ha, pois apresenta bastante tolerância a déficit hídrico. É uma cultivar de ampla adaptação em todo o Paraná. “Eu diria que atualmente é a tecnologia mais nova que o Iapar está recomendando para produção de grãos para uso animal. Mas, o produtor precisa colher os grãos e armazená-los secos em bags ou em silagem úmida para suplementação na alimentação dos animais”.



Extremo Noroeste do Paraná

Nos municípios **Paranavaí, Loanda, Terra Rica, Santa Isabel do Ivaí até Querência do Norte** é uma região onde chove menos. Nessa região o risco de falta de chuva é muito grande. Dessa forma a cultivar de inverno recomendada é a Aveia preta IAPAR 61 só vai bem se chover 80 mm/mês.

A recomendação é que o pecuarista se programe para fazer a sobressemeadura do milheto quando a soja inicia o processo de maturação, antes da queda das folhas. Assim, “após a colheita da soja, aos 45 dias, o milheto com cerca de 80 cm de altura, podendo ser pastejado por 4-5 vezes até o mês de junho”, comenta o pesquisador.

Outra sugestão aos pecuaristas do extremo Noroeste é investir na adubação nitrogenada das pastagens. “Se o produtor tem um nível de fertilidade adequado e faz uma adubação com nitrogênio, em torno de 150 a 200 quilos por hectare, parcelado em três vezes durante o ano, ele terá uma redução do período de baixa produtividade das plantas. Assim a tendência da planta tropical é produzir mais no outono/inverno e na primavera, ela inicia o rebrote mais cedo”.

Esse resultado, continua Oliveira, “o produtor vai alcançar

quando mantiver o equilíbrio de fertilidade no solo ao longo do ano e fazer uma aplicação de nitrogênio entre os meses de fevereiro e março. Outra alternativa, considerada tradicional, para essa região é fazer uma silagem de sorgo, garantindo alimento o ano inteiro para os animais”, diz.

O pesquisador ressalta que o plantio do sorgo é uma estratégia que o produtor pode usar para os anos mais frios e mais secos, em períodos considerados mais críticos de produção de alimento por conta da falta de chuvas característico da região.



Região Noroeste

Na área dos municípios de **Cianorte, Umuarama, Iporã, Palotina, Cidade Gaúcha, etc.**, há uma melhor distribuição de chuva no inverno. De acordo com o histórico pluviométrico dos últimos 30 anos a quantidade de chuva é adequada para o cultivo da IAPAR 61.

Outra sugestão é o uso da braquiária após o cultivo da soja, no mês de fevereiro. Assim a braquiária ficaria como pastagem de outono/inverno/primavera sendo que, em outubro, o produtor pode iniciar o plantio de soja aproveitando a palhada residual no sistema de plantio direto.



Extremo Oeste

Abrange os municípios próximos ao lago da Usina de Itaipu como **Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, São Miguel do Iguaçu** o azevém não vai tão bem, porque a quantidade de chuva é menor, mas a aveia 61 é uma boa opção. O sistema sobressemeadura de milheto em soja para pastejo antes do plantio da aveia e o sistema braquiária a cada três anos são adequados para essa região.

Região Norte Pioneiro

Londrina, Cambé, Ibiporã, Cornélio Procópio e Bandeirantes, etc. Essa região também apresenta uma carência de chuva em determinados anos, mas a aveia IAPAR 61 é uma boa alternativa. O pesquisador sugere a sobressemeadura do milheto na pré-colheita da soja, o que permite até cinco pastejos. Após a último pastejo do milheto, em junho, a aveia IAPAR 61 pode ser semeada e utilizada no pastejo de inverno até setembro. “Por isso é importante que o produtor consulte os serviços de meteorologia para verificar a previsão de chuvas”.

No Norte do Estado, Elir também lembra que os níveis de fertilidade nas áreas de pastagens dessa região precisam ser observados através da análise química do solo, realizar a correção do solo com calcário (se necessário) e gesso, fósforo e que a adubação nitrogenada também permite maior produção de forragem no verão, no início do inverno e antecipa o rebrote da primavera.



Região Oeste/Sudoeste/Centro-sul

Cascavel, Catanduvas, Toledo, Matelândia, Francisco Beltrão, Guarapuava, Cândói, Pinhão, Campos Gerais, Teixeira Soares, Lapa, etc.

Onde chove bem durante o inverno, o azevém de ciclo longo em mistura com centeio IPR 89, ou em mistura com aveia branca IPR Esmeralda ou aveia IAPAR 61 Solteira apresentam resultados excelentes de produção de pasto para o rebanho. Essa região tem uma relação de chuvas muito bem distribuídas por isso as forrageiras de inverno são a base para a alimentação animal a pasto durante o inverno, contribuindo para a redução dos custos de produção e alavancando a produção animal.

No Centro-sul os produtores têm a opção de trabalhar com o azevém consorciado centeio ou aveia IPR Esmeralda ou com a aveia IAPAR 61 solteira. O azevém é uma forragem de alta qualidade, bastante tolerante ao frio, se adapta bem a solos de alta fertilidade e permite um ganho de peso para os animais de corte acima de um quilo por animal/dia.

No caso do gado leiteiro o azevém e a aveia propiciam uma produção diária acima de 15 litros por vaca, porém havendo necessidade de suplementação para produção maior e um balanço nutricional mais adequado pelo alto nível de proteína dessas pastagens para evitar a presença de ureia no leite.

Nas propriedades que fazem a Integração Lavoura Pecuária o pesquisador alerta para a necessidade de manter uma palhada no solo após a exploração do cultivo do inverno. “Quando o produtor usa a tecnologia do plantio direto ele precisa lembrar que vai precisar de seis toneladas/ha de palhada para proteger o solo”, salienta.

Outra sugestão do pesquisador é o consórcio do centeio forrageiro

IPR 89 com a aveia preta IAPAR 61 ou com o azevém. “O centeio é muito mais precoce que aveia e azevém, nasce 4-5 dias antes. Essas características permitem que o produtor antecipe, entre 10 a 12 dias, o pastejo na área cultivada”, explica Oliveira.

Após 2 a 3 pastejos no centeio o gado rejeita as plantas remanescentes e começa a se alimentar do azevém ou da aveia. “Com isso no mês de julho o produtor tem um aporte de três toneladas de matéria seca proveniente do resíduo do centeio, que fica no solo como palhada para o plantio direto”, explica.

Outra vantagem apontada pelo agrônomo sobre esse consórcio de sementes é que nos meses de agosto e setembro, que são épocas críticas, o pecuarista pode deixar o gado em pastejo por mais tempo, se alimentando da aveia ou do azevém, pois a palhada do plantio direto já está garantida com a palhada residual do centeio.



Sistema FAEP/SENAR-PR no 5º Simpósio Leite Integral

O tema do evento foi o período de transição das vacas



Ronei Volpi Assessor da FAEP e presidente do Fundepec-PR

Em sua quinta edição o Simpósio Leite Integral (07 a 10/04) explorou o tema “Período de transição: os dias mais importantes da vida de uma vaca”. O evento teve público recorde com cerca de 1,2 mil participantes entre produtores rurais, médicos-veterinários, zootecnistas, agrônomos, pesquisadores, técnicos e estudantes. Durante a abertura, o responsável pelo site Milk Point, uma referência no setor, Marcelo Pereira de Carvalho, e a coordenadora do Simpósio e editora chefe da Revista Leite Integral, Flavia Fontes, realizadores do evento, agradeceram a participação do Sistema FAEP/SENAR-PR como co-realizador, contribuindo com a escolha dos palestrantes e com a divulgação.

“Nós estamos em mundo onde tudo muda a todo instante, exigindo mais capacidade técnica e de adaptação às novas situações de mercado. Um evento como este contribui para que o produtor de leite esteja mais informado e preparado para as situações favoráveis ou

não. O setor de lácteos deve seguir o mesmo rumo das cadeias de aves e suínos, onde 80% da produção é voltada para o mercado interno e 20% para o mercado externo. Ainda somos importadores de leite, mas a produção nacional cresce de maneira significativa precisamos estar preparados para direcionar nosso excedente de produção para o mercado internacional”, avaliou o assessor da FAEP e presidente do Fundo de Desevolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná (Fundepec-PR), Ronei Volpi.

Volpi lembrou também que no final de 2014 e início de 2015 o preço pago ao produtor sofreu uma queda significativa. “Além disso, o produtor se sente pressionado pelo aumento do custo de produção (pré-mix/rações, fertilizantes, equipamentos, componentes, sêmen, energia elétrica e combustíveis), pois todos esses itens são importados e o aumento do dólar tem

impactado à produção”, completou.

A palestra de abertura foi do médico-veterinário e professor associado do Departamento de Zootecnia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Rodrigo de Almeida, com o tema Manejo nutricional de vacas leiteiras no período de transição. “Estudos confirmam que o que ocorre nessa fase com a vaca se reflete na produção leiteira e no processo reprodutivo do animal, isso se refere tanto às consequências positivas como negativas”, explicou.

O Sistema FAEP levou ao Simpósio um grupo de instrutores do SENAR-PR e produtores de leite convidados. Além das palestras foi oferecido aos participantes um pré-curso com o tema Utilização de novas tecnologias no monitoramento e tratamento preventivo de vacas em período de transição com o professor Ricardo Chebel, que também é extensionista da University of Minnesota/EUA. Também foi feita uma visita técnica a Fazenda Frankanna, em Carambeí.

Repúdio ao MST

As manifestações contra as ações destruidoras do MST



No dia 05 de março último, entre as ações coordenadas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Via Campesina, ocorreu a invasão da unidade da empresa FuturaGene, em Itapetininga-SP. Eram mulheres vinculadas àqueles movimentos que destruíram mudas de eucalipto geneticamente modificado (GM), resultado de 14 anos de pesquisas.

Em Brasília, da mesma forma e na mesma data, foi ocupada a sala onde se reunia a Comissão Técnica de Biossegurança (CTNBio) e impediram que os cientistas analisassem a biossegurança de alguns dos produtos que estavam na pauta, entre eles o eucalipto GM.

As cenas repetem centenas de outras que o MST e a Via Campesina vem cometendo no país de forma impune e com o apoio de líderes do Partido dos Trabalhadores. Basta recorrer aos noticiários recentes, quando o ex-presidente Lula ameaçou convocar o “Exército de Stédile”, leia-se o MST, e a visita cortês da presidente

Dilma Rousseff a um assentamento do Movimento, em companhia de João Pedro Stédile, líder dos baderneiros.

A posição da FAEP

Diante dessas ações que destruíram anos de pesquisa e das outras que repetidamente desrespeitam o direito de propriedade, várias instituições manifestaram solidariedade à empresa atingida em Itapetininga e à CTNBio. E repúdio ao MST/Vila Campesina. Encaminharam tal posição também aos ministros de Ciência e Tecnologia e da Agricultura e Abastecimento.

A FAEP, por exemplo, afirmou: “A Federação da Agricultura do Estado do Paraná repudia a invasão e destruição de experimentos de eucaliptos transgênicos na empresa FuturaGene, da indústria Suzano, por elementos do MST. Considera, também, intollerável a pressão que grupos fazem contra a CTNBio e seus cientistas”.

Moção de Repúdio da Comissão de Agricultura

No último dia 08, os parlamentares da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara Federal aprovou, a seguinte Moção de Repúdio:

- CONSIDERANDO o direito constitucional à propriedade privada;
- CONSIDERANDO a relevância da agropecuária para a economia, que gera riquezas e garante o sustento direto e indireto de milhões de brasileiros;
- CONSIDERANDO a importância das pesquisas desenvolvidas por entidades públicas e privadas, que nos últimos anos foram imprescindíveis para a obtenção dos avanços do setor produtivo brasileiro;
- PREOCUPADOS com as recentes declarações do ex-presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, que conclamou “o exército do MST a ir para as ruas”;
- PREOCUPADOS com os recentes atos de ilegalidade, violência e intolerância praticados por membros do MST, que destruíram pesquisas desenvolvidas e que observam o caráter legal exigido pelo país;
- EXTERNANDO, por último, o nosso entendimento de que o direito à propriedade deve ser respeitado, bem como o direito ao desenvolvimento de pesquisas para a melhoria de um setor tão importante para a economia brasileira,

Manifestamos

O nosso repúdio às recentes invasões realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em empresas públicas e privadas no território brasileiro, e

REQUEREMOS que sejam assegurados pelo governo brasileiro o direito à propriedade, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, bem como a disponibilização de meios para garantir a punição dos responsáveis diretos e indiretos pelos atos ilegais cometidos pelo MST.

O que é a CTNBio

A CTNBio é uma instância colegiada multidisciplinar, criada através da lei nº 11.105, de 24 de março de 2005,

com 27 titulares e 27 suplentes, todos com título de doutor em áreas afins à biotecnologia. Suas decisões são tomadas de maneira democrática, sempre levando em conta o Princípio da Precaução.

A finalidade da instituição é prestar apoio técnico consultivo e assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança relativa a OGM (Organismos Geneticamente Modificados). Além disso, estabelece normas técnicas de segurança e pareceres técnicos referentes à proteção da saúde humana, dos organismos vivos e do meio ambiente, para atividades que envolvam a construção, experimentação, cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, armazenamento, liberação e descarte de OGM e derivados.

A opinião dos cientistas

Estudo publicado em janeiro pela respeitada revista Science, com dados coletados pelo Pew Research Center, revela que 88% dos cientistas entendem que os OGM e derivados são seguros. Hoje já estão sendo comercializadas no Brasil variedades de soja, milho e algodão transgênicos. Essas tecnologias incorporam características agrônômicas às plantas, a exemplo de tolerância a herbicidas e resistência a insetos, e permitem que o agricultor tenha facilidade de manejo. Ao evitar perdas em virtude do ataque de insetos-praga e plantas daninhas, as culturas GM podem desenvolver todo seu potencial e contribuir com o aumento de produtividade das nossas lavouras.

Ao contrário do que alegam os críticos, os transgênicos são uma das ferramentas que propiciam a segurança alimentar, ou seja, garantia de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente. Não será possível alimentar uma população crescente, que deve chegar a 9 bilhões de pessoas em 2050, se não ocorrer o uso de tecnologias inovadoras e das plantas geneticamente modificadas.



O FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA



Durante o período colonial (1500 a 1822) uma série de fortalezas foram erguidas no Brasil para demarcar e defender as fronteiras acordadas pelo Tratado de Madrid de 1750, firmado entre D. João V de Portugal e D. Fernando VI da Espanha. Os dois definiram o que seriam os limites entre as respectivas colônias portuguesas e espanholas no continente sul-americano, o que supostamente colocaria um final às disputas entre os dois países. O Tratado de Madrid substituiu o de Tordesilhas de 1494, que na prática não estava mais sendo respeitado. E o substituto continuaria sendo desrespeitado, porque a busca de ouro se sobrepunha ao papel assinado.

Por isso, os portugueses ergueram as fortificações, das mais imponentes e seguras até as mais modestas e frágeis, todas situadas em pontos ou acidentes geográficos que obedeciam a um plano de defesa estratégica da América portuguesa. D. João V (1706-1750), preocupado com a proximidade dos espanhóis na fronteira Oeste desde 1743, determinou ações no sentido de consolidar o domínio português na calha do Rio Guaporé, tendo como objetivo a exploração de ouro na região. Exatamente o que queriam os espanhóis que estabeleceram missões jesuítas ao longo do Vale do Guaporé e de seus afluentes, gerando uma série de conflitos.

Para garantir a soberania portuguesa na região, foi

construído, em 1769, o Forte de Nossa Senhora da Conceição, cuja fragilidade levou os espanhóis a tentar sua conquista, só não obtendo êxito em virtude de terem sido vítimas de diversas doenças. Posteriormente, esse Forte seria destruído pelas águas da enchente de 1771.

Desses conflitos surgiu em 20 de junho de 1776 os alicerces do novo forte, que receberam a pedra fundamental registrada em ata histórica. O Real Forte do Príncipe da Beira é considerado uma das maiores obras da engenharia militar portuguesa do período colonial, tanto pela sua edificação como pela sua então fundamental localização estratégica. O Forte está situado na margem direita do Rio Guaporé, no município de Costa Marques, em Rondônia, na fronteira com a Bolívia.

Sua construção foi uma epopeia para a época, numa país que era colonizado pelo Leste litorâneo. Afinal, em meio à floresta, o forte foi erguido a 3 mil quilômetros do litoral num imponente quadrado com muralhas de oito metros de altura, cerca de 480 metros de perímetro, protegido com 14 canhoneiras, um fosso com dois metros de profundidade e 32 metros de largura. Quatorze grandes edifícios abrigavam os quartéis da guarnição, hospital, capela, armazéns, casa do governador, cisterna, paiol subterrâneo.

Um exemplo deixa evidente os imensos sacrifícios exigidos para sua construção: quatro de seus canhões, de bronze e calibre 24, enviados de Belém do Pará em 1825, através do Rio Tapajós, levaram cinco anos para alcançar seu destino.

O Forte foi abandonado em 1889, já na República, e permaneceu em absoluto abandono cerca de 40 anos, sendo saqueado e invadido pela floresta. Em 1914 foi reencontrado pelo então Major Cândido Rondon, que retornou em 1930 e construiu as instalações de uma unidade militar ao lado das ruínas.

Em 1937, o Forte foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN. No site do Instituto está a informação que “O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens”.

Não é o que acontece no Forte Príncipe da Beira. Hoje um pelotão de fronteira do Exército com 68 integrantes convive ao lado das quase ruínas da secular construção. E novamente, como já ocorreu em anos passados, anuncia-se a restauração do Forte para se transformar numa atração turística e um testemunho decente da história brasileira.



As fortificações no país

O conjunto de fortificações do Brasil, segundo historiadores, apresenta-se como um testemunho material único de um contato produzido entre diferentes culturas do Velho e do Novo Mundo. Marcam o sucesso de uma fórmula singular de ocupação do território, onde os moradores do Brasil tiveram um papel mais fundamental do que a ação dos governos das metrópoles do Velho Mundo, ao contrário do que ocorreu em outras colônias europeias no resto do mundo. As construções formam um conjunto sem semelhança a outros sistemas fortificados edificados no mesmo período em outros lugares do mundo, tendo um importante papel na ocupação territorial da América do Sul. Abrange a Fortaleza de São José, em Macapá (AP); o Forte Coimbra, em Corumbá (MS); Forte de Príncipe da Beira, em Costa Marques (RO); a Fortaleza dos Reis Magos, em Natal (RN); o Forte de Santa Catarina, em Cabedelo (PB); o Forte de Santa Cruz (Forte Orange), em Itamaracá (PE); o Forte São João Batista do Brum, no Recife (PE); o Forte São Tiago das Cinco Pontas, no Recife (PE); o Forte de Santo Antônio da Barra, em Salvador (BA); o Forte São Diogo, em Salvador (BA); o Forte São Marcelo, em Salvador (BA); o Forte de Santa Maria, em Salvador (BA); o Forte de N. S. de Montserrat, em Salvador (BA); a Fortaleza

de Santa Cruz da Barra, em Niterói (RJ); a Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro (RJ); a Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, em Guarujá (SP); o Forte São João, em Bertioga (SP); a Fortaleza de Santa Cruz de Anhanomirim, em Governador Celso Ramos (SC); e o Forte de Santo Antônio de Ratones, em Florianópolis (SC).

No Paraná, a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, na Ilha do Mel, é o único monumento militar do século XVIII existente no Estado. Instalado nos contrafortes do Morro da Baleia, erguido com paredes de um metro e meio de espessura, a Fortaleza foi concluída em 23 de abril de 1769.



As sugestões da FAEP ao PROAGRO

Ofício ao MAPA relaciona medidas para desburocratizar e atrair o produtores ao Programa



O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) é um programa do governo federal administrado pelo Banco Central do Brasil e Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Desenvolvimento Agrário. É um importante instrumento de garantia de renda do produtor rural e garante o pagamento do financiamento em caso de perdas de safra por adversidades climáticas, perdas por ataque de pragas e doenças sem método difundido de controle.

É um mecanismo oficial de mitigação de riscos e atende geralmente pequenos e médios produtores. É custeado por recursos alocados pela União e dos provenientes da contribuição que o produtor rural paga (o adicional/prêmio do Proagro), bem como das receitas obtidas com a aplicação do adicional recolhido.

O “Proagro Mais” é destinado a atender os pequenos

produtores vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) nas operações de custeio agrícola, que passou a cobrir também as parcelas de custeio rural e investimento, financiadas ou de recursos próprios.

Criado na década de 70, o Proagro apresentou um crescimento considerável no atendimento de pequenos e médios produtores, com média de 600 mil contratos nos últimos anos. Devido à complexidade das operações e grande número de regras que normatizam o Proagro, há ainda muitas queixas por parte dos produtores, técnicos e especialistas sobre o funcionamento do programa.

Para desburocratizar e tornar o programa mais atrativo ao produtor rural, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, encaminhou sugestões ao secretário de Política Agrícola, André Nassar.

As propostas

a) Alterar no MCR 16-1-9: para as situações de empreendimentos familiares com DAP conjunta admitir como comprovante a primeira via da nota fiscal, o documento auxiliar da nota fiscal eletrônica (DANFE) ou o cupom fiscal emitidos na forma da legislação em vigor, nominal ao beneficiário, em nome de um dos cônjuges, ou cópia autenticada pelo agente do Proagro ou em cartório, ou declaração emitida por órgão público responsável pelo fornecimento de insumos ao beneficiário, com a especificação do tipo, denominação e quantidade dos insumos fornecidos.

b) No MCR 16-5-13 sugere-se a seguinte redação: Valor das receitas e das perdas não amparadas para fins de dedução da base de cálculo de cobertura deve ser aferido pelo agente na data da decisão do pedido de cobertura em primeira instância com base em:

- b.1) Preço indicado na primeira via NF representativa da venda, se apresentada até a data da decisão do pedido de cobertura pelo agente em primeira instância, para parcela comercializada; e
- b.2) Parcela não comercializada com base nos preços de mercado na data da decisão do pedido de cobertura pelo agente em primeira instância.

c) Alterar o MCR 16-5-21 a 16-5-26 prevalecendo a seguinte regra a partir da safra 2015/16. Retornar para os produtores que não tiveram deferimento do pedido de cobertura na última safra a cobertura inicial de Proagro ao percentual de 100%, criando uma regra de decréscimo de 100% para até 80%. Para os produtores que tiveram deferimento do pedido de cobertura na última safra como regra transitória o percentual será de 90%.

Considerando que o acesso ao Proagro está vinculado ao Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), há uma redução nos

riscos de perdas na lavoura. O primeiro enquadramento é realizado com percentual máximo de cobertura (100%), perdendo 10 pontos percentuais a cada enquadramento do mesmo empreendimento que contar com deferimento de pedido de cobertura, até o limite mínimo de 80% no caso do empreendimento ter recebido dois deferimentos do pedido de cobertura nos últimos 36 meses.

Nesse caso, da mesma forma, o produtor recupera o status de cobertura de 100% ao não apresentar deferimento de cobertura a cada safra, sendo acrescidos dez pontos percentuais até o limite máximo de 100%.

d) Dar celeridade à análise de processos do Proagro, melhorando a estrutura da Comissão Especial de Recursos (CER/Proagro), a qual não está conseguindo julgar os processos com a dinâmica necessária por diversos fatores, e o principal é o pequeno quadro de profissionais para realizar as análises dos processos. A morosidade dos trabalhos da CER prejudica os agricultores, porquanto o julgamento dos processos está ultrapassando os 120 dias em que a operação fica prorrogada. Reivindicam assim a melhoria da estrutura, com a disponibilização de pessoas capacitadas para realizar as análises com qualidade, facilitando os julgamentos dos processos.

e) Alterar no MCR 16-3-2: Reduzir o adicional do Proagro em 1% (um ponto percentual) para as lavouras cultivadas com a adoção do sistema de plantio direto.

f) Incluir tromba d'água na cobertura como evento amparado pelo Proagro.

g) Definir o público do Proagro e do Seguro Rural, evitando sobreposição das políticas agrícolas para um mesmo público.

h) Alterar no MCR 16-4 (comprovação de perdas) dando nova redação conforme segue:



Para comprovação de perdas o técnico deve vistoriar o empreendimento efetuando pelo menos:

- a)** 1 (uma) visita ao imóvel, no prazo de cinco dias úteis a contar da solicitação do agente, no caso de perda parcial por evento ocorrido na fase de colheita.
- b)** 1 (uma) visita ao imóvel, no prazo de 10 dias úteis a contar da solicitação do agente, no caso de perda total e na situação prevista no item seguinte.
- c)** 2 (duas) visitas ao imóvel, sendo a primeira no prazo de 10 dias úteis a contar da solicitação do agente e a outra na época programada para início da colheita, no caso de perda parcial por evento anterior à fase de colheita.
- d)** 3 (três) fotos que retratem as condições do empreendimento e os efeitos prejudiciais acarretados pelo(s) evento(s) adverso(s), em cada visita realizada.
- e)** No caso de perda total, os relatórios conclusos de comprovação de perdas relativos à lavoura, devem ser elaborados, quando efetivamente constatadas e dimensionadas as perdas.

PROAGRO E CRÉDITO RURAL DE APOIO À OLERICULTURA

A horticultura é uma importante atividade agrícola podendo ser desenvolvida em pequenas áreas, como alternativa de diversificação e de retorno rápido de renda ao produtor rural.

Atualmente as condições de crédito, voltadas para grandes culturas, não atendem as particularidades da horticultura. Exemplo disso é a contratação de custeio com adesão ao Proagro. Atualmente o produtor contrata crédito de custeio para produção de um ano e para uma cultura, visando garantir melhores preços na aquisição de insumos, maior praticidade e menores custos comparativamente a contratação trimestral de custeio. Com recursos de custeio de um ano, o produtor faz mais que um ciclo produtivo, pois entre o plantio até a comercialização o período é curto – de 90 a 120 dias.

Além de fazer vários ciclos produtivos, as culturas que serão plantadas podem ser diferentes da cultura financiada em função dos preços de mercado, ou seja, se o preço da cultura financiada cair o produtor pode optar por plantar outra cultura de preço melhor.

Quando ocorre a perda de produção em apenas um ciclo, atualmente o produtor não recebe a indenização

do Proagro por causa da contratação de crédito para um ano e para uma cultura específica. A contratação por ciclo produtivo também não resolve o problema, pois se torna onerosa, com a necessidade de elaboração de projeto e liberação de crédito a cada ciclo produtivo de 90 a 120 dias.

PROPOSTAS:

- a)** Para olerícolas com ciclo produtivo de até 120 dias, que contratam custeio com adesão ao Proagro:

I - Unificar no BACEN as culturas como olerícolas de ciclo até 120 dias de produção durante todo o ano. Esta medida permitirá que o horticultor compre insumos para o ano e possa plantar culturas diferentes para um mesmo financiamento, fazendo rotação de cultura.

II - Permitir liberação de crédito de custeio em uma única parcela referente à área total a ser plantada na safra, escalonando os pagamentos para o final de cada ciclo produtivo. A amortização de cada ciclo produtivo fica atrelada a operações independentes de Proagro. Esta medida permitirá amortizações mais frequentes e principalmente o recebimento de Proagro por ciclo produtivo, quando houver perda de produção em uma cultura ou ciclo específico.



Sementes velhas e sem vigor

Venda de sementes de milho da safra 2013 preocupa produtores. Atividade é legal, mas o comprador não é obrigado a aceitar



A grande preocupação com a comercialização de sementes de milho da safra retrasada (2013) em vez de sementes mais novas, da safra 2014, foi discutida na última reunião da Comissão Técnica de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP (30/03).

A principal reclamação apontada foi o baixo vigor das sementes. Plantas menos vigorosas têm velocidade de crescimento menor e podem apresentar menor produtividade. “O desenvolvimento também não é normal nem uniforme”, observou o produtor Aluir Dalposso, da região de Toledo. Segundo ele, vários produtores vizinhos receberam sementes velhas para o plantio desta safra. “Tem acontecido muitos casos de revalidação na sacaria”, alerta, referindo-se à prática das empresas de carimbar uma nova data de validade para as sementes na saca.

A prática não é ilegal. Após o fim do prazo de validade inicial das sementes, o comerciante pode realizar um teste de germinação e, se o resultado for superior a 85%, ele pode estender o prazo de validade por mais metade do tempo do prazo inicial. Ocorre que o vigor das sementes não é auferido nesse processo, deixando o produtor à mercê da própria sorte.

Esta é a primeira vez que Dalposso vai plantar sementes tão velhas assim. Como utiliza o milho apenas em um pequeno talhão da propriedade para realizar a rotação de culturas, ele não

tem como dimensionar a possível perda na produtividade. Na sua avaliação, a entrega deste tipo de material aos agricultores da região pode ter relação com a diminuição na área plantada com milho nas proximidades. “O pessoal diminuiu a área de milho, aí acaba sobrando semente e eles vendem para nós”, observa.

Esse problema não é pontual, nem está localizado em apenas uma região. Também em Ipiranga, o produtor Fábio Schmidt conta que são comuns casos de produtores insatisfeitos com sementes velhas e de pouco vigor.

Legislação

Segundo o fiscal da área de mudas e sementes da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Afonso Sikora, a avaliação do vigor das plantas não faz parte dos testes obrigatórios que devem ser realizados por produtores e comerciantes de sementes. “O produtor tem que ficar atento e comprar sementes somente com nota fiscal e Termo de Conformidade”, alerta. Esse termo contém o resultado do teste de germinação e pode conter ou não o teste de vigor. “A germinação de milho tem que dar 85%, se deu isso, está apto”, diz.

Quando não é feita a revalidação das sementes pelos comerciantes e o prazo de validade expira, a venda é proibida. A multa para quem comercializa sementes vencidas varia entre R\$ 2 mil e 40% do valor total da mercadoria.

Cuidado

Na opinião do presidente do Sindicato Rural de Toledo, Nelson Paludo, o mais adequado seria o produtor, no momento da compra, pedir sementes da safra anterior e não aceitar sementes velhas. “A revalidação é feita, mas o produtor não precisa aceitar”, afirma. Segundo ele, a semente é o insumo principal na agricultura, então o produtor deve ter cuidado para adquirir produtos de boa qualidade. “Quando você erra o prejuízo não é só a semente, pois perde a época do plantio”, avalia.

Harmonia e Produtividade

SENAR-PR desenvolve programa de Gestão operacional



De repente o radialista trocou o microfone pela boleia de um trator canavieiro; o padeiro que até ontem curti o perfume do pãozinho foi mexer nos comandos de uma colheitadeira de cana-de-açúcar. Não são cenas raras e mostram a busca de novas oportunidades profissionais, comuns em pequenas cidades. Foi o que ocorreu em duas unidades de usinas do interior do Paraná, onde instrutores do SENAR-PR foram cumprir a missão de capacitar esses novatos às suas novas atividades do setor sucroenergético.

Em usinas de cana-de-açúcar os colaboradores costumam se comportar como coruja, são observadores e vão se adaptando à coordenadas ensinadas pelo pessoal do SENAR-PR, aprendendo a entrar no batente. Mas há nessas unidades uma natural hierarquia de profissionais com hábitos já arraigados, onde o jeito de se fazer as coisas tem caminhos diferentes. Nem sempre os mais adequados. Há os encarregados, que atuam no campo, lidando diretamente com os operadores das usinas que contestam o tal jeito de fazer as coisas. Por sua vez os chefes, a quem se reportam os encarregados,

que podem discordar do comando destes; e os supervisores, que atuam num nível superior de gestão, podem completar as discordâncias criticando os chefes. E aí a solução é encontrar duas palavras mágicas em qualquer atividade profissional: bom senso.

Gestão Operacional

Para harmonizar essa situação, o SENAR-PR criou o Programa de Gestão Operacional – Cana, que está sendo realizada a construção de referência. Numa linguagem empolada, a ideia é “proporcionar aos participantes uma visão mais ampla e mais sistêmica da atividade, de forma a dar subsídios para tomar decisões de forma mais criteriosa, além de

proporcionar o diagnóstico da gestão”. Num português mais claro: é fazer os novos e veteranos profissionais se entenderem, trabalharem direito e serem felizes.

Nesse sentido os coordenadores do Programa dividiram três níveis de gestão em aulas nos Centros de Treinamento Agropecuário (CTAs) de Ibiaporã e de Assis Chateaubriand, 80 em cada um deles. Os encarregados, que atuam no campo, lidando diretamente com os operadores das usinas; os chefes, a quem se reportam os encarregados; e os supervisores, que atuam num nível superior de gestão.

Para que os conteúdos sejam debatidos e assimilados da melhor forma, as turmas foram criadas de modo que os participantes não fiquem com seus superiores diretos, para não inibir a troca de experiências. “Até porque não dá pra sair todo mundo ao mesmo tempo para não desfalcas as equipes”, explica o gerente agrícola de uma das unidades, Guilherme de Almeida Rodrigues.

Os primeiros módulos ministrados foram: Capacitação Pedagógica, que auxiliará os participantes no entendimento da

metodologia, orientando, entre outras coisas, sobre como proceder com a aprendizagem de adultos, e Ferramentas de Gestão, que introduz a visão sistêmica de gerência do negócio, trazendo os conhecimentos mais elementares da administração voltada à atividade sucroalcooleira.

O próximo módulo tratará da cultura da cana-de-açúcar, onde será possível que os colaboradores compreendam melhor todo os ciclos e necessidades da cultura. Essa etapa será ministrada por professores de agronomia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Em seguida, as etapas do processo agrícola e do processo industrial começam a ser abordadas por equipe de instrutores das próprias unidades produtivas, onde será possível identificar as principais dificuldades e os impactos de suas atividades no processo final. Se depender do resultado das primeiras aulas será muito bem recebido pelos participantes. “A primeira turma gostou demais, o pessoal notou a importância deste programa e está empolgado”, afirma Rodrigues.

Referências

Para a construção da referência, o SENAR-PR foi em busca de modelos que estão consolidados. O superintendente do SENAR-PR, Humberto Malucelli Neto e o gerente técnico, Eduardo Gomes de Oliveira foram a Lençóis Paulista, interior de São Paulo, para conhecer um fornecedor de cana-de-açúcar que é referência na questão produtiva, pelas práticas utilizadas na administração.

Eles também conheceram a Belmeq, empresa especializada em consultoria na área de manutenção de equipamentos. “Buscamos padrões organizacionais que deram certo para formatar uma capacitação que realmente atenda as demandas, com soluções possíveis de serem colocadas em prática e que deem resultado. Montamos uma programação abrangente, levando em consideração a necessidade do conhecimento técnico aliado à capacidade de gestão”, afirma Malucelli.

Carta



É de grande relevância a manifestação de representantes do setor produtivo ao expor, de forma clara, não apenas aos produtores rurais, mas também aos seus filhos e amigos, o repúdio que a sociedade produtiva e ordeira tem com relação a essa horda, a esses invasores de propriedades privadas.

Ainda mais, incentivado por uma liderança, um ex-presidente da República, que os incita, travestido de protetores dos pobres. A sociedade há muito é refém desses baderneiros irresponsáveis, que são, inclusive, financiados pelo dinheiro público, dinheiro dos nossos suados impostos para financiar petralhas que deveriam sim, não ir de vez para a Venezuela, mas ir de vez para as penitenciárias brasileiras.

O governo federal, a presidente a mesma, foi em um acampamento desses desordeiros, no Rio Grande do Sul, ouvir as reivindicações e os conselhos do "professor" Stedile, esse verme, esse sanguessuga, essa pestilência em pessoa.

A presidente é a mesma que recebe esses tidos movimentos sociais, esbirros do PT em palácio. Que país é este? Onde está a Polícia Federal, onde está o Ministério Público, para reprimir, prender mesmo, esses bandidos, investidos pelo PT e estumados (como cães) pelo partido da presidente da república, por esse senhor que sonha em retornar ao poder? Sonho dele, pesadelo nosso. Temos que dar um basta no PT e nessa esquerda raivosa, que semeia "merda" entre os brasileiros.

Parabéns, e o trabalho é cotidiano!!!

Maurício Carvalho de Oliveira

Engenheiro-agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário do MAPA
Brasília – DF

O exército da baderna

Foi com satisfação que li a reportagem no Boletim Informativo nº1293, "O exército da baderna e da destruição".

É bom lembrar!

O prazo para cadastro no CAR termina dia 05 de maio



O prazo para cadastramento ambiental de propriedades rurais termina em menos de um mês. O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) apresentou, no último dia 06, o segundo Relatório Estadual do Cadastro Ambiental Rural (CAR). O objetivo do documento, que será emitido no início de cada mês, é facilitar o controle pela sociedade do cumprimento de determinações do Novo Código Florestal (lei federal nº 12.651/2012). O prazo para o cadastramento das propriedades rurais termina em 05 de maio.

O levantamento mostra que até 31 de março foram cadastrados 9,38% (50 mil) das mais de 532 mil propriedades rurais do Estado. A maioria dos cadastros (45.083) refere-se a propriedades de até 50 hectares e pouco mais de 3.600 propriedades têm área de 50 a 200 hectares.

Os proprietários que não se cadastrarem terão dificuldades para conseguir linhas de crédito e financiamentos. Além disso, quem perder o prazo não terá benefícios previstos no novo Código Florestal, como a suspensão de multas administrativas por corte irregular de vegetação no imóvel e a

possibilidade de regularizar áreas de Reserva Legal.

Apesar da baixa adesão, o Paraná é o quinto Estado brasileiro quanto ao número de cadastros já realizados, mesmo ocupando a segunda posição quanto ao número de propriedades rurais. O CAR é gerenciado pelo governo federal e no Paraná os cadastros serão homologados pelo IAP. O cadastramento é um registro eletrônico obrigatório em todo país e tem como objetivo promover a identificação, regularização ambiental e monitoramento das propriedades e posses rurais.

“Nós atribuímos essa baixa adesão ao CAR ao receio dos proprietários rurais de exporem suas propriedades, o que é natural. Eles precisam entender que ao cadastrarem suas propriedades, terão segurança jurídica. Por meio de termos de compromisso, eles terão prazo para corrigir as irregularidades atuais”, explica o presidente do IAP, Luiz Tarcísio Mossato Pinto.

O governo do Paraná e a FAEP enviaram ao Ministério do Meio Ambiente um pedido para prorrogação do prazo para a realização do CAR por mais um ano. Os ofícios, encaminhados no mês passado ao Ministério ainda não foram respondidos.

Adesão

Os 10 municípios com mais adesões ao CAR até o fim de março são Assis Chateaubriand, Santa Helena, Altônia, Francisco Beltrão, Cascavel, Dois Vizinhos, Toledo, Missal, Londrina e Nova Aurora. A lista completa das adesões ao Cadastro Ambiental Rural nos 399 municípios do Estado pode ser consultado no site do IAP (www.iap.pr.gov.br). As inscrições no CAR devem ser feitas no endereço eletrônico www.car.gov.br.

Passivos

Se durante o processo de análise do cadastro for constatado um passivo ambiental no imóvel, o proprietário será notificado para aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) e corrigir o que for necessário. Assim, o registro mudará de Ativo para Pendente. A partir do momento em que o proprietário

rural aderir ao programa ou firmar Termo de Compromisso com o IAP, o status do CAR da propriedade volta a ficar Ativo.

O proprietário rural deverá alterar e atualizar o CAR sempre que houver qualquer mudança de natureza de posse e domínio do imóvel, assim como qualquer alteração de reserva legal.

Caso alguma alteração seja feita sem a devida atualização do CAR, o proprietário ou detentor de posse do imóvel poderá sofrer sanções legais, que podem variar de infração ambiental a crime civil.

Dúvidas frequentes

Para sanar algumas dúvidas frequentes dos proprietários rurais, o IAP preparou uma lista de perguntas e respostas. Mais informações podem ser consultadas no site do IAP (www.iap.pr.gov.br).

Fonte: IAP

Informe

FUNDEPEC-PR

SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO 31/03/2015

 FUNDEPEC FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR GOV. DO PIAUÍ	HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
		REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS /BANCÁRIAS	
		1-13	14						
	Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-		138.681,09	**542.225,27	-	-	-
	Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44		27.119.960,45		2.341.952,64	-	33.759.346,15
	Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80		2.840.392,33		181.518,99	-	15.192.799,16
	Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48		2.780.457,56		-	-	6.604.992,19
	Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78		112.556,94		-	-	189.879,72
	Setor Ovinos e Caprinos	123,76			11.124,61		-	-	16.963,22
	Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50		140.135,07		-	-	224.142,98
	Pgto. Indenização Sacrifício Animais *	-	-		-		*141.031,00	-	(141.031,00)
	CPMF e Taxas Bancárias	-	-		-		-	77.567,43	(77.567,43)
	Rest. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	*141.031,00	-			-	141.031,00
	TOTAL	20.744.182,00	4.624.105,00	141.031,00	33.143.308,05	**542.225,27	2.664.502,63	77.567,43	55.910.555,99
	SALDO LÍQUIDO TOTAL								55.910.555,99

NOTAS EXPLICATIVAS

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio: 1º - 14/12/2000 >> R\$ 500.000,00 | 2º - 23/07/2001 >> R\$ 2.000.000,00 | 3º - 04/09/2001 >> R\$ 380.000,00 | 4º - 28/12/2001 >> R\$ 2.120.000,00 | 5º - 21/05/2002 >> R\$ 710.000,00 | 6º - 26/07/2002 >> R\$ 2.000.000,00 | 7º - 16/12/2002 >> R\$ 2.167.000,00 | 8º - 30/12/2002 >> R\$ 204.000,00 | 9º - 08/08/2003 >> R\$ 600.000,00 | 10º - 08/01/2004 >> R\$ 400.000,00 | 11º - 30/12/2004 >> R\$ 1.300.000,00 | 12º - 01/12/2005 >> R\$ 1.600.000,00 | 13º - 17/12/2012 >> R\$ 6.763.182,00 | 14º - 06/08/2013 >> R\$ 4.624.105,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (*)

3) Setor de Bovídeos ()**

a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repassa mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = R\$542.225,27

b) Valor total retido pela SEAB/DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA do setor de Bovídeos = R\$ 542.225,27

4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da subconta do Setor de Bovídeos e creditado para subconta do Setor de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.

Ágide Meneguette

Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi

Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt

Contadora | CO-CRC/PR-045388/0-9

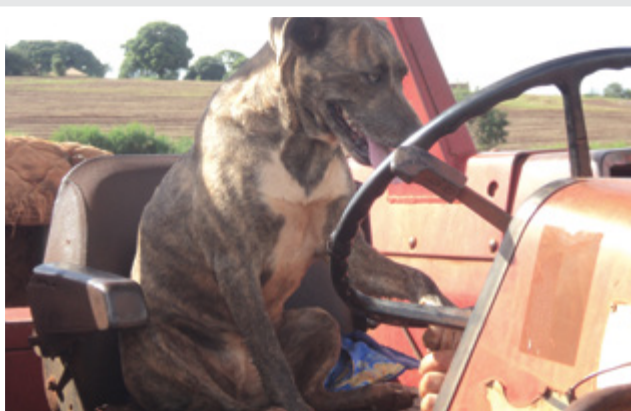
FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.



José Aparecido da Silva, de Tamarana (PR) fotografou o momento em que a borboleta deixava o casulo e foi embelezar a natureza.



Antonio Martins Correia Júnior fotografou essa família de galinhas de angola no Sítio Coralina, em Wenceslau Braz (PR).



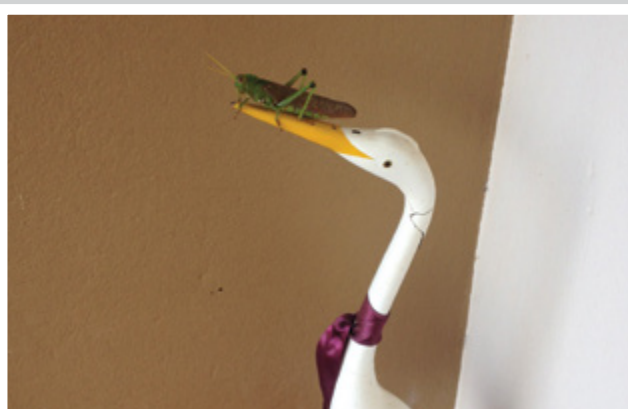
Em sua propriedade, o Sítio São Marcos, em Andirá (PR), Marcos Antônio del Padre tem uma “safra” de 30 cachorros, mas seu xodó é a Pantera, de raça não definida, mas com muita pose. Pantera não pode ver a boleia de um trator vazia e já vai se abancando, como se vê na foto.



A Adriana Letícia Valoto Marcusso, de Maringá (PR), descobriu em suas navegações essa dica ótima para quem não deseja que as galinhas destruam pequenas plantações caseiras ou não.



A Myriam Benatti Gondolfo não resistiu à beleza da orquídea na casa de sua mãe, em Colorado (PR) e fotografou a exótica planta.



O grilo sobrevoou a sala e aterrisou na pista segura formada pelo bico da ema estilizada que enfeitava o ambiente. De prontidão, Marisa Panchoni Menolli, de Cambé (PR), fez o flagrante.

O PAC empacou

Esgoto para todos os brasileiros só em 2060.

Água só em 2039

No último dia 25 de março, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou os resultados de uma auditoria no programa de água e esgoto do Ministério das Cidades, que repassa recursos do PAC por meio da Caixa. De 491 contratos analisados no fim de 2013, 283 (57,6%) se referiam a obras paralisadas, atrasadas ou não iniciadas. Somente 58 (11,8%) foram efetivamente concluídos. Os contratos somam R\$ 10,4 bilhões. O valor das obras paralisadas, atrasadas ou não iniciadas soma R\$ 6,6 bilhões, ou 63%. Só os projetos parados correspondem a investimentos de R\$ 1,4 bilhão.

No Brasil, 51,4% das pessoas não têm acesso a coleta de esgoto e 61% não sabem o que é ter o esgoto tratado, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento de 2013. A falta de acesso à água tratada é uma realidade para 17,5% da população. Se mantido o ritmo de investimentos definido para 2011, o 1º ano de mandato da presidente Dilma, a universalização dos serviços de esgoto só ocorreria em 2060 e de água, em 2039. (Fonte: O Globo)



Durma com uma inflação dessas

Ao longo de 12 meses, a inflação acumulou alta de 8,13%, a maior desde dezembro de 2003 (9,3%). A estimativa mais recente do boletim Focus, do Banco Central, apontava que os economistas do mercado financeiro previam que o IPCA atingisse 8,2% no final deste ano. O valor está bem acima do teto da meta de inflação do BC, de 6,5%. O vilão da inflação de março foi a energia elétrica. No primeiro trimestre de 2015, o consumidor brasileiro viu a conta de luz subir 36,34%, segundo cálculos do IBGE.

Num período de 12 meses encerrados em março, essa alta chega a 60,42%. Apenas em março, essa conta subiu 22% por causa do “realismo tarifário” nas contas de luz. Desde o dia 2 do mês

passado, o consumidor arca com a revisão das tarifas aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que autorizou aumentos extras, fora do reajuste anual, para cobrir custos das concessionárias com a compra de energia. Na mesma data, houve reajuste de 83,33% sobre o valor da bandeira tarifária vigente, a vermelha, passando de R\$ 3 para R\$ 5,50. No primeiro trimestre, a maior alta da energia elétrica ficou com a região metropolitana de São Paulo, onde a conta de luz subiu 48,21%. O menor reajuste ocorreu na região metropolitana de Recife, de 12,48%. E vem mais, com certeza.

Outros impactos

Na sequência, estão as despesas com alimentação e bebidas, cujos preços subiram 1,17%, depois de avançar 0,81% no mês anterior. No grupo de gastos com transportes, houve uma desaceleração da alta de preços, de 2,20% para 0,46%. A gasolina ficou 1,26% mais cara e o ônibus urbano, 0,85%. Ficaram mais baratos os itens passagens aéreas (-15,45%) e telefone fixo (-4,13%).

ARAPOTI



Motosserra

O Sindicato Rural de Arapoti realizou de 20 a 24 de janeiro o curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Motosserra - corte polivalente de árvores. Participaram cinco trabalhadores rurais com o instrutor Roosevelt Mendes Ferreira.

MARMELEIRO



Jardinagem

O Sindicato Rural de Marmeleiro realizou nos dias 24, 25 e 26 de fevereiro o curso de Jardineiro. Participaram 11 produtores rurais com a instrutora Nágila Lavorati. Durante o curso a turma fez uma visita técnica ao Orquidário Mundo das Orquídeas.

NOVA AURORA



Formigas

O Sindicato Rural de Nova Aurora realizou este ano, em parceria com a Copacol e Emater, seis turmas do curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos – formigas cortadeiras. Participaram em cada turma 12 trabalhadores totalizando 60 alunos. Todas com o instrutor Paulo Marchesan.

JURANDA



Olericultura

O Sindicato Rural de Juranda realizou nos dias 11 e 12 de março o curso Trabalhador na Olericultura Básica - informações gerais. Participaram 12 produtores com a instrutora Karina Calil Caparroz.

CASCVEL



JAA

O Sindicato Rural de Cascavel concluiu mais duas turmas do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), referente a 2014. A solenidade ocorreu dia 24 de março, no mini ginásio do Colégio Estadual de Rio do Salto, interior de Cascavel, e contou com a presença de familiares e amigos dos 23 formandos. Para o primeiro semestre de 2015, mais duas turmas do JAA estão em andamento em Cascavel com os instrutores Sandro Pio Passarin e Geane Fátima Dranka.

CIANORTE



Cana-de-açúcar

O Sindicato Rural de Cianorte organizou, em parceria com a Destilaria Melhoramentos Norte do Paraná, duas turmas do curso Trabalhadores no cultivo de plantas industriais (cana-de-açúcar) corte. A primeira foi no dia 23 de março para 13 participantes. A segunda turma com 12 trabalhadores no dia 24 de março. Os dois grupos tiveram como instrutor Sergio Takashi Noguchi.

SERTANÓPOLIS



Comunicação

O Sindicato Rural de Sertanópolis realizou nos dias 09 e 10 de fevereiro o curso Gestão de pessoas - Comunicação e Técnica de apresentação. Participaram 19 alunos com a instrutora Carmen Mercedes Zuan Benedett.

URAI



Panificação

O Sindicato Rural de Uraí realizou nos dias 25 e 26 de fevereiro o curso de Produção Artesanal de Alimentos – Panificação. Participaram 13 produtores e produtoras com o instrutor Sergio Kazuo Kawakami.

Uma simples foto



Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.



Elefante

A expressão memória de elefante se justifica, porque esses animais possuem capacidades sociais altamente evoluídas, além de comportamentos inteligentes, entre elas demonstrar compaixão e amor pelos outros. Possuem memórias incríveis e podem lembrar de amigos ou inimigos por 50 anos ou mais.



Louis Pasteur

O famoso bacteriologista e químico francês, que dá nome ao processo que hoje conhecemos por pasteurização, descobriu uma fórmula prática de manipular ácidos quando tinha apenas oito anos de idade. Aos 40, inventou o processo de liquidar as bactérias do leite.

Para não esquecer delas

- 1 - Duas loiras passeando no parque:
 - Olha, um passarinho morto!
 - A outra olha rapidamente para o céu e pergunta:
 - Onde?

- 2 - Uma loira estava preocupada pois achava que seu marido estava tendo um caso. Um dia ela volta para casa mais cedo e encontra seu marido na cama com uma ruiva espetacular. Ela saca uma arma e aponta para a própria cabeça.

O marido pula da cama, e interrompe:

- Não querida, não faça isso...

Aos berros a loira responde:

- Calado, você é o próximo!



Orelhões

O orelhão que começa a desaparecer nas cidades, despachado pelo uso dos celulares, foi inventado em 1970, pela designer Chu Ming Silveira (1941-1997), chinesa naturalizada brasileira e chefe do Departamento de Engenharia da Companhia Telefônica Brasileira. A Rua Sete de Abril, em São Paulo, foi palco do primeiro teste, em 1972, e gradualmente os orelhões passaram a ser implantados em todo o país.



Grisalho

Não tem jeito, um dia você terá cabelos brancos. Isso porque a melanina, hormônio produzido pela pele é que determina a intensidade da cor do cabelo, o que explica o fato de algumas pessoas ficarem com os cabelos brancos antes das outras. A idade (envelhecimento) é a principal causa da descoloração do cabelo, quando a produção de melanina vai diminuindo. Se você não gostar de dizer que passou o Cabo de Boa Esperança, diga que está “encanecido”.

Sorvete a preço de ouro

Em Dubai, a capital mundial do luxo e da extravagância, você pode tomar o sorvete mais caro do mundo por US\$ 817,00, cerca de R\$ 2.700,00. O sorvete “Black Diamond” é feito com baunilha de Madagascar, infusão do melhor açafraão iraquiano e raspas de trufas negras italianas e ouro de 23 quilates comestível. É servido em uma vasilha de porcelana chinesa confeccionada pela grife italiana “Versace” e que pode ser levada para casa.



Por que HPs

Os cavalos nas minas de carvão inglesas do século XVIII são a justificativa para o uso do cavalo a vapor como medida de potência de motores. A ideia foi do inventor escocês James Watt no final do século XVIII, que calculou que, em média, um cavalo conseguia subir 100 quilos de carvão a uma certa altura por minuto. Ele aumentou a carga em 50% e instituiu a unidade de “um cavalo de potência” como a força necessária para levantar 150 quilos por 30 metros de altura em um minuto. Daí a sigla HP (de Horse-Power, ou “Potência de Cavalo”, em inglês).



Amor de pinguim

O pinguim não é nada romântico. Para dizer a uma fêmea que deseja acasalar, ele atira uma pedra em sua cabeça. Quando ela o aceita, os dois se abraçam e fazem uma canção de amor juntos. Apesar de serem associados à Antártida, eles também ocupam regiões da América do Sul, África do Sul, Austrália, Nova Zelândia e ilhas do Pacífico. Em cativeiro, sobrevivem em qualquer região.



Tragédia marítima

Há quase 100 anos, em 5 de março de 1916, o Brasil também acompanhou uma tragédia marítima, mas em sua própria costa. Foi o naufrágio do Príncipe de Astúrias, até hoje o maior da história do País. Segundo dados oficiais, 445 pessoas morreram quando o navio afundou após se chocar com rochas em Ilhabela, no Litoral Norte de São Paulo.



A maior esmeralda do mundo

Foi achada aqui, mas está em Los Angeles (EUA)

O Brasil tem mais de 15 mil quilômetros de fronteiras terrestres desguarnecidas, uma peneira. Por isso não é de se estranhar que a maior esmeralda do mundo encontrada em uma mina da Bahia, em 2001, pesando cerca de 360 quilos tenha sido contrabandeada.

Pouco saberíamos dessa pedra preciosa de 180.000 quilates, se o jornal americano Los Angeles Times não informasse no final do mês passado que o Brasil estaria fora da batalha global por uma esmeralda gigante. Segundo o jornal, a Corte Suprema de Los Angeles descartou o pedido do governo brasileiro para recuperar

a gema, avaliada em US\$ 372 milhões, e que nos últimos anos também foi disputada por vários comerciantes de pedras e empresários norte-americanos.

Não está claro o que aconteceu nesses anos, mas em 2005 um geólogo e empresário da Califórnia que conhecia os mineiros que a descobriram, recebeu a gema. Depois a enviou a Nova Orleans, onde, no meio das inundações provocadas pelo furacão Katrina, ela se extraviou. Outro californiano ficou com ela e a manteve até 2009.

Um grupo de investigadores de Los Angeles encontrou a esmeralda em outro depósito de Las Vegas em nome de dois empresários, Kit Morrison e seu sócio Todd Armstrong. Eles foram os últimos donos conhecidos. A pedra foi então confiscada pelas autoridades.

Em setembro de 2014, o governo brasileiro entrou em cena: declarou que a esmeralda tinha sido contrabandeada, portanto, nem Kit nem Todd eram seus donos e pediu à Justiça para não decidir, enquanto os dois governos negociavam uma devolução. Agora, o juiz Michael Johnson, de Los Angeles declarou que o pedido do Brasil não contém provas para paralisar o julgamento e que “o Condado de Los Angeles, que abrigou a esmeralda com custos pagos pelo contribuinte, tem o direito de tomar uma decisão”. O advogado de Kit Morrison, no entanto, disse que, mesmo que o juiz outorgue a esmeralda a seu cliente, o Brasil não tem porque perder a esperança. Pagando, claro: “Não podem simplesmente levá-la”. Na crise atual, quando nem a conta de luz das embaixadas é paga pelo governo brasileiro, imagine-se bancar a esmeralda baiana. Mas a luta, aliás, a briga continua.



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| ☐ Mudou-se | ☐ Falecido |
| ☐ Desconhecido | ☐ Ausente |
| ☐ Recusado | ☐ Não procurado |
| ☐ Endereço insuficiente | |
| ☐ Não existe o nº indicado | |
| ☐ Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____

Responsável

SISTEMA FAEP



SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo
está disponível no site:

sistemafaep.org.br